

Açorianas recorrem ao aborto ilegal

RITA VASCONCELOS REBELO
rebelo@acoranororiental.pt

As mulheres açorianas também recorrem à interrupção voluntária da gravidez, não enquadrável na legislação portuguesa.

E no caso das ilhas a situação agrava-se pois para além de não haver qualquer clínica ou partelras a quem possam recorrer - sujeitando as mulheres "a práticas ainda mais arcaicas e perigosas" - o factor insularidade implica um custo mais elevado em relação ao resto do país.

É que no continente uma mulher mais facilmente atravessa a fronteira para Espanha, enquanto para quem vive nos Açores ou na Madeira, o mar que os separa oferece um obstáculo com custos acrescidos.

Estas são duas constatações do projecto "Representações sobre (i)legalidade: o caso da saúde reprodutiva em Portugal", que arancou em Julho de 2005, com um prazo de vinte e quatro meses, por iniciativa do Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Uma técnica da equipa coordenada por Boaventura Sousa Santos, Madalena Duarte, esteve

nos Açores para aferir a realidade arquipelágica junto de instituições de apoio à mulher e às famílias.

A partir daí, a socióloga conclui que "uma grande diversidade de mulheres solicita ajuda para interromper a gravidez", independentemente da inexistência de dados estatísticos acerca do fenómeno na Região.

E de acordo com a técnica, os procedimentos revelam-se ainda mais complicados para a saúde do que aqueles que marcam o aborto clandestino efectuado em condições razoáveis, devido à falta de conhecimentos adequados para a sua prática.

Segundo Madalena Duarte, são sobretudo adolescentes e jovens adultas de classes sociais mais baixas que procuram ajuda nesse sentido, à semelhança do que sucede um pouco por todo o país.

E na fase que se segue, "no que se refere ao acompanhamento, uma vez que esta não é uma prática legal e não raras vezes realizada sem formação específica, este é dado apenas pelos familiares, amigos e parceiros".

A socióloga sublinha aí a importância das associações no desempenho do papel que têm as-



Direito ao aborto ainda é uma questão não resolvida em Portugal

LUSA/PALLO NOVAS

SOCIEDADE

Referendo aguarda resposta do TC

Inquérito à população portuguesa sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez encontra-se sob parecer do Tribunal Constitucional. ||

Perigo Várias serão as mulheres que continuarão a sujeitar-se ao aborto clandestino também nos Açores, garante uma técnica de Coimbra. ||

sumido ao nível da prevenção e encaminhamento das mulheres para os serviços de saúde.

UMAR atenta

Contactada pelo Açoriano Oriental, Clarisse Canha, coordenadora da UMAR - União Mulheres Alternativa Resposta, adianta que a estrutura de apoio não está vocacionada para essa vertente, apesar da abrangência da sua área de actuação.

Por outro lado, não deixa de admitir estar atenta para a problemática.

E em relação à interrupção voluntária da gravidez, a preocupação de Clarisse Canha incide no

"tabu" lançado sobre a questão, semeando o medo, acentuando as sequelas psicológicas que geralmente afectam as mulheres que recorrem ao aborto e que ficam para a vida.

Daí que defenda a despenalização do aborto.

Entretanto, outro estudo do género está a ser elaborado pela Associação para o Planeamento da Família, cujos resultados serão divulgados na segunda quinzena de Dezembro.

Até lá, a instituição encontra-se ainda numa fase de recolha de dados, a que a Região Autónoma não escapa à investigação em curso. ||

**Açores integram
estudo nacional
sobre aborto
clandestino**

Página 5

